

CONVÊNIO
CIESP

SINGULAR



"CIESP PROTOCOLO
JUCESP PROTOCOLO
0.688.536/19-0



CAMACORP – VISÃO GRÁFICA LTDA

NIRE 35 228 213 460
CNPJ Nº 19.721.291/0001-35

INSTRUMENTO PARTICULAR DA 3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

As partes:

CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO, brasileiro, solteiro, nascido em 09/01/1996, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.802.804-8-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 322.988.748-40, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703, Vila Nova Conceição, CEP 04543-901; e,

CAMACORP INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob nº 18.279.689/0001-09, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703, 1º andar, sala 11, Itaim Bibi, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011, e ato de constituição devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35227578758, em sessão de 11 de junho de 2013, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. **CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO**, acima qualificado,

únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **CAMACORP – VISÃO GRÁFICA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 19.721.291/0001-35 e ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35228213460, em sessão de 14 fevereiro de 2014 e última alteração contratual registrada sob nº 42.973/18-1, em sessão de 02 de fevereiro de 2018, tem entre si justo e acertado o que segue:

- (i) Alterar o endereço da sede para inclusão de complemento da Rua Amorim, nº 122, Conjunto Residencial Jardim Canaã, CEP 04382-190, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para Rua Amorim, nº 112/122, Conjunto Residencial Jardim Canaã, CEP 04382-190, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, alterando-se, por conseguinte, a Cláusula Segunda do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Segunda - A sociedade tem sede e foro jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amorim,

[Handwritten signatures and initials]

nº 112/122, Conjunto Residencial Jardim Canaã, CEP 04382-190, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior. "

- (ii) Consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação, incorporando a alteração acima descrita e ratificando-se as cláusulas não alteradas.

"CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA

CAMACORP – VISÃO GRÁFICA LTDA"

NIRE 35 228 213 460
CNPJ-MF Nº 19.721.291/0001-35

I – DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

Cláusula Primeira – A sociedade tem a denominação social de "**CAMACORP – VISÃO GRÁFICA LTDA**", e nome fantasia "**Visão Gráfica**", e será regida pelo presente contrato, pelas disposições contidas na Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e supletivamente pelas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, naquilo que lhe couber.

Cláusula Segunda – A sociedade tem sede e foro jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amorim, nº 112/122, Conjunto Residencial Jardim Canaã, CEP 04382-190, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior.

II – OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira – A sociedade tem como objeto social a (i) indústria gráfica, (ii) serviços gráficos e editoriais, (iii) comércio atacadista de papel e papelão em bruto, (iv) fabricação de embalagens de papel e (v) fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão.

III – CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta – O Capital Social já totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País é de R\$.5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5.000 (cinco mil) quotas do valor nominal de R\$.1,00 (hum real) cada uma, e assim distribuídas entre os sócios:

<u>Sócios</u>	<u>Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Camacorp Incorporadora e Administradora de Bens e Participações Ltda	4.900	4.900,00
Carlos Alberto Mansur Filho	100	100,00
TOTAL	5.000	5.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do artigo 1052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de qualquer dos sócios não integralizar, total ou parcialmente, as quotas que tenha subscrito, dentro do prazo estipulado, os demais sócios poderão, por deliberação de votos representando a maioria votante do Capital Social da Sociedade, aprovar a exclusão do sócio remisso, com a distribuição proporcional de suas quotas aos sócios remanescentes.

Parágrafo Terceiro – Ocorrendo a deliberação pela exclusão do sócio remisso, os valores eventualmente integralizados serão restituídos ao sócio remisso em até 12 (doze) parcelas mensais, sem correção, descontando-se eventuais danos e prejuízos causados à Sociedade pelo inadimplemento.

Cláusula Quinta – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais, sendo que as deliberações dos quotistas serão sempre tomadas por maioria de votos.

IV - DURAÇÃO

Cláusula Sexta – A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

V – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Sétima – A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, assim como a sua representação em juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e instituições financeiras, competirá ao sócio **Carlos Alberto Mansur Filho**, acima qualificado, por

prazo indeterminado, a quem caberá, além das obrigações regulares, previstas em lei ou neste Contrato e inerentes à função, o uso privativo do nome empresarial.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá ser administrada por administradores não sócios, dependendo suas designações de aprovação expressa da unanimidade dos sócios.

Parágrafo Segundo – Os mandatários da Sociedade serão nomeados por procuração com validade não superior a 3 (três) anos, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato. A limitação de prazo estabelecida neste Parágrafo não se aplica às procurações outorgadas em nome da Sociedade para fins judiciais ("ad judicia"), que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado de validade.

Parágrafo Terceiro – O sócio administrador da sociedade terá direito a um *Pró-labore* mensal, se estabelecido de comum acordo entre os sócios quotistas, o qual, até o limite legal fixado pela legislação fiscal, será considerado como despesa da sociedade.

Parágrafo Quarto – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de administradores, procuradores ou funcionários, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo se expressamente autorizados pela totalidade dos sócios.

Parágrafo Quinto - Não se incluem na restrição acima à concessão de avais, fianças, endossos, abonos ou prestação de garantias de quaisquer tipos, inclusive hipotecárias, em favor de empresas com as quais seja mantido vínculo societário, direto ou indireto, tais como, sociedades associadas, afiliadas, coligadas, controladas e controladoras.

Parágrafo Sexto– Os poderes para comprar, vender, hipotecar, ou por qualquer outro modo, alienar ou gravar bens do ativo imobilizado, deverão ser exercidos na mesma forma prevista no *caput* da Cláusula Sétima acima.

Parágrafo Sétimo – O sócio administrador que infringir o disposto na presente cláusula e parágrafos ficará individualmente responsável pelos compromissos contraídos, seja diretamente perante terceiros como também em relação à sociedade.

Parágrafo Oitavo – Os Administradores somente poderão ser destituídos mediante deliberação de sócios representando 2/ 3 (dois terços) do Capital Social, sendo que, em caso de renúncia, esta deve ser comunicada formalmente aos sócios, que deverão nomear de imediato novos administradores.

VI – DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS E DELIBERAÇÕES

Cláusula Oitava – Os sócios se reunirão obrigatoriamente, ao menos uma vez no primeiro quadrimestre do ano civil, para deliberação e aprovação das contas referentes ao exercício anterior, consistentes dos demonstrativos financeiros obrigatórios, bem como do balanço patrimonial, mediante convocação efetivada pelo administrador para tal fim, através de telegrama, fax ou e-mail endereçado ao escritório dos sócios, com 15 (quinze) dias de antecedência e especificando o dia, a hora e o local da Reunião, colocando-se, no mesmo prazo, os documentos e demonstrativos à disposição dos sócios.

Parágrafo Primeiro – Sempre que necessário, também se reunirão os sócios, mediante a convocação do Administrador, através de telegrama, fax ou e-mail endereçado às residências e ou escritórios dos sócios, com 08 (oito) dias de antecedência e especificando o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que unanimemente os sócios acordem diferentemente.

Parágrafo Segundo – Das reuniões se fará ata, lavrada em livro próprio, que permanecerá na sede da empresa.

Parágrafo Terceiro – Qualquer sócio poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à Reunião, desde que seu representante seja sócio ou advogado, e ao qual será obrigatoriamente outorgado mandato com poderes específicos para tal ato, que deverá ser arquivado na sede da empresa.

Parágrafo Quarto – As convocações para as reuniões de sócios deverão ser feitas na forma do *caput* ou do Parágrafo Primeiro, conforme o caso, mas poderão ser dispensadas se estiverem presentes os sócios representando a totalidade do Capital Social, sendo que para que as reuniões possam se instalar, e validamente deliberar, é necessária a presença de sócios que representem a maioria votante do Capital Social,

Parágrafo Quinto – As reuniões de sócios serão presididas e secretariadas por quaisquer pessoas, livremente escolhidas pelos sócios presentes, que terão a obrigação de respeitar e dar validade às deliberações tomadas em atenção a este Contrato e nos termos das vinculações previstas em Acordo de Quotistas validamente firmado.

Parágrafo Sexto – As deliberações dos sócios serão tomadas sempre por votos representando a maioria absoluta do Capital Social, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (uma) quota, correspondendo a um voto cada quota, aplicando-se, inclusive, mencionada regra, no caso de exclusão de sócio com motivo justificado, bem como admissão de terceiros, ressalvadas as matérias cujo quórum especial seja previsto neste contrato ou em Acordo de Quotistas.

Parágrafo Sétimo – Nenhum sócio poderá votar em deliberações que lhe digam respeito ou sobre a qual tenha interesse externo à Sociedade.

VII – ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Nona – O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação em reunião de sócios que representem no mínimo 3/4 (três quartos) do Capital Social.

Parágrafo Primeiro – O sócio deverá manifestar por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a reunião da qual dissentiu, a intenção de se retirar da Sociedade, convocando-se, no mesmo ato, reunião dos sócios para deliberar sobre a destinação de suas quotas.

Parágrafo Segundo – A apuração dos haveres do sócio dissidente será regularmente realizada, salvo disposição em contrário em Acordo de Quotistas, em conformidade com o balanço patrimonial especialmente levantado, com base na respectiva participação no patrimônio líquido, e que se realizará em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iniciadas no prazo de 90 (noventa) dias da data de seu desligamento da Sociedade, devendo ser pagas em dinheiro, sem correção ou juros.

Parágrafo Terceiro – O Capital Social sofrerá redução correspondente ao valor pago ao sócio dissidente, salvo hipótese dos demais sócios suprirem este valor, redistribuindo-se suas quotas.

VIII – TRANSFERÊNCIA, CESSÃO E LIQUIDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.

Cláusula Dez – É livre a cessão e transferência de quotas desta Sociedade entre os seus sócios, respeitando-se, mutuamente e nas respectivas proporções de participação, o direito de preferência dos demais, mediante convocação de reunião de sócios para tal fim, dando prazo de 15 (quinze) dias para o exercício deste direito.

Parágrafo Único – As quotas do Capital Social somente poderão ser transferidas a terceiros total ou parcialmente, após consulta e outorga de direito de preferência aos demais sócios, e apenas se não houver oposição de sócios titulares de 1/4 (um quarto) do Capital Social.

Cláusula Onze – Qualquer sócio poderá, a qualquer tempo, com ou sem motivação solicitar sua saída da Sociedade.

Parágrafo Único – A apuração dos haveres do sócio que solicitar a saída será realizada na forma descrita no Parágrafo Segundo, da Cláusula Nona deste contrato.

terceiros no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Primeiro – Quando os herdeiros não desejarem ser admitidos na sociedade, a parte do sócio pré morto será paga com base no balancete a ser levantado especialmente para este fim, e será realizado em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelos índices oficiais de acordo com a legislação vigente à época. A primeira parcela vencerá 60 (sessenta) dias após a data do falecimento do sócio e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, até a final liquidação.

Parágrafo Segundo – O sócio que pretender se retirar da sociedade receberá o valor equivalente ao patrimônio líquido, proporcionalmente às suas quotas no capital social, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, utilizando-se do mesmo critério do parágrafo acima.

XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Dezoito – Por decisão dos sócios, a sociedade poderá transformar-se em outro tipo societário, incorporar-se ou fundir a outra e proceder à própria cisão

Cláusula Dezenove – O sócio dissidente em relação às contas aprovadas, terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura da ata que conste a aprovação das contas, para promover a ação que couber

Cláusula Vinte – Em caso de decretação de falência, pedido de recuperação judicial, liquidação ou penhora de quotas, de qualquer dos sócios, os direitos decorrentes, a qualquer título, que couberem a terceiros, não implicarão em admissão na Sociedade, exceto se houver anuência de todos os demais sócios remanescentes, sendo certo que tais haveres serão pagos em moeda corrente, nos termos e condições previstos no Parágrafo Segundo da Cláusula Nona, supra.

Cláusula Vinte e Um – Aos casos omissos, não previstos expressamente no presente instrumento, aplicam-se as disposições da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, no que se refere às Sociedades Limitadas, e supletivamente, nas omissões daquela norma, exclusivamente pelo disposto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, bem como em suas respectivas alterações.

Cláusula Vinte e Dois – Para as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vinte e Três - O sócio quotista e o administrador declara expressamente, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de




13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIZ MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (art. 1011, § 1º, Lei 10.406/2002)."

E, por estarem assim de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento particular de Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.


São Paulo, 10 de Junho de 2019.





CAMACORP INCORPORADORA E
ADMINISTRADORA DE BENS E
PARTICIPAÇÕES LTDA


CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO

Testemunhas:


Nome: **ANDREA BUZONE SCULTORI GARCIA DE CARVALHO**
R.G. n.: **29038750-4 SSP/SP**
CPF/MF n.: **11069342700**


Nome: **MURILO SPOLADOR SILVA**
R.G. n.: **47.256.327-6**
CPF/MF n.: **376.105.248-93**

13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIZ MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança C/V Econômico a(s) firma(s) de
CARLOS ALBERTO MANSUR FILHO (502389) (2 vezes)
SÃO PAULO, 12 de Junho de 2019. Em Test. da verdade
KARINA CHAGAS GARABITO - (ESCREVENTE)
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$19,180
C21098AB57674

